

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA  
DEPARTAMENTO DE ATIVIDADE MOTORA ADAPTADA

ANDIARA LIMA

**JUDÔ E DEFICIÊNCIA MENTAL:  
VALORES PARA UMA MODALIDADE E PARA A VIDA.**

Campinas (SP)  
2008



1290003972

TCC/UNICAMP  
L628j  
1290003972/FEF

ANDIARA LIMA

**JUDÔ E DEFICIÊNCIA MENTAL:  
VALORES PARA UMA MODALIDADE E PARA A VIDA.**

Monografia apresentada em cumprimento às exigências da Faculdade de Educação Física como requisito básico para a conclusão do curso de Especialização em Atividade Motora Adaptada.

Orientador: Prof. Dr. José Júlio Gavião de Almeida

Campinas (SP)  
2008

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho aos meus pais, que lutaram com suas próprias forças para me inculcaram valores, valores estes que me auxiliaram a conquistar amizades as quais me são muito caras.

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer ao meu orientador, Gavião, que “lutou” com seus horários atarefados para me tranquilizar nos momentos necessários.

Ao Professor Odair Borges que introduziu o judô em minha vida; ao Professor Edson Catarino dos Santos, que muito generosa e humildemente, conduziu-me de forma a adquirir a teoria e a prática desta modalidade, para que eu pudesse aplicar aos meus alunos; ao Professor Alexandre Janotta Drigo, que não se furtou em me auxiliar na busca de material para este trabalho.

Para que eu pudesse completar esta jornada, contei com a compreensão de meu marido e demais familiares.

Além disso, as pessoas que colaboraram tanto quanto as anteriores, foram meus alunos, ditos “deficientes mentais” \_ a eles, meu muito obrigada.

## RESUMO

### **JUDÔ E DEFICIÊNCIA MENTAL: VALORES PARA UMA MODALIDADE E PARA A VIDA.**

Este trabalho objetivou esclarecer o quanto a modalidade judô pode auxiliar nos processos de ensino-aprendizagem do Deficiente Mental, na aquisição de valores, assim como na melhora da qualidade de vida, uma vez que, de acordo com os materiais pesquisados, todo benefício que a modalidade proporciona aos alunos/atletas, são transportados para a vida, onde são cidadãos, não importando a instância em que se encontram.

No Capítulo I, com a apresentação da Carta Internacional de Educação Física e Desporto, pretendeu-se esclarecer a real importância da prática de atividade física, assim como a obrigatoriedade de seu oferecimento e o direito de usufruí-lo de toda e qualquer pessoa. A seguir, tratou-se dos objetivos e da metodologia, que consistiu em uma revisão bibliográfica.

No Capítulo II, buscou-se apresentar os históricos da criação e evolução do judô, trazendo termos técnicos, próprios à modalidade, assim como os valores implícitos a ela.

O Capítulo III aborda o desenvolvimento da educação dos deficientes mentais, sua classificação, bem como suas características.

A união do Judô com a Deficiência Mental se dá no Capítulo IV, onde podemos verificar os aspectos do processo pedagógico no ensino do judô para esta clientela, e o motivo de sua tão rara exploração como conteúdo da Educação Física.

A conclusão a que se chegou é que a Educação Física deve ser o meio que proporcione o aumento de repertório cognitivo-motor, e que o judô, como parte desta disciplina, contribui para a criação de experiências de vida, maximizando o bem-estar do indivíduo, deficiente ou não.

Palavras-chaves: Judô / Deficiência Mental / Valores.

## **ABSTRACT**

### **JUDO AND MENTAL DEFICIENCY: VALUES FOR A MODALITY AND FOR LIFE.**

This study aimed to clarify how the judo sport can help in the processes of teaching-learning of Mental Handicapped, acquisition of values, as well as in improving the quality of life, since, according to the materials searched, every benefit that the method gives students / athletes are transported for life, where they are citizens, regardless of proceedings in which they are.

In Chapter I, with the presentation of the International Charter of Physical Education and Sports, was intended to clarify the real importance of the practice of physical activity and the requirement that its offer and the right to enjoy it of any person. Then, this was the objectives and methodology, which consisted of a literature review.

In Chapter II, sought to present the history of the creation and development of Judo, bringing technical terms, own the modality as well as the values implicit her.

Chapter III discusses the development of education for the mentally disabled, their classification, and their characteristics.

The union of Judo with the Mental Disability is given in Chapter IV, where we can verify aspects of the process of teaching in teaching judo for this clientele, the reason for their exploitation as rare as content Physical Education.

The conclusion we reached is that the Physical Education should be the way that provides the increased repertoire of cognitive-engine, and that the judo as part of this discipline, contributes to the creation of experiences of life, maximizing the welfare of individual, disabled or not.

Keywords: Judo / Mental Deficiency / Values.

## SUMÁRIO

<b>A - CAPÍTULO I</b>	<b>07</b>
1 - A Importância do Esporte para o desenvolvimento do Deficiente Mental .....	07
2 - Objetivo .....	09
3 - Metodologia .....	10
<b>B - CAPÍTULO II</b>	<b>11</b>
1 - Introdução ao Judô .....	11
1.1 - Espírito do Judô .....	12
1.2 - A estruturação do Judô .....	12
1.3 - Depoimento .....	13
1.4 - Histórico e Evolução do Judô .....	14
1.4.1 - A Valorização dos Costumes Ocidentais, nas Artes Marciais .....	16
1.4.2 - Reação e Transformação .....	17
1.4.3 - Valores .....	18
1.4.4 - Modo de Vida .....	19
1.4.5 - Princípios e Hierarquia .....	20
1.4.6 - O Sistema de Faixas e os Valores .....	21
<b>C - CAPÍTULO III</b>	<b>23</b>
1 - Introdução à Deficiência Mental .....	23
2 - A Evolução Histórica da Educação de Deficientes Mentais .....	23
3 - Causas da Deficiência .....	25
4 - Quais os critérios para se classificar uma criança como excepcional? .....	25
5 - Princípios de Organização .....	27
6 - Características da criança com Deficiência Mental .....	29
6.1 - Habilidades Motoras Físicas .....	31
6.2 - Memória e Atenção .....	32
6.3 - Capacidades Expressivas .....	32
<b>D - CAPÍTULO IV</b>	<b>34</b>
1 - Aspectos do Processo Pedagógico no Ensino de Judô para Deficientes Mentais ....	34
2 - Por quê o Judô é tão pouco explorado? .....	36
<b>E - CONCLUSÃO</b>	<b>38</b>
<b>F - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>39</b>
<b>G - ANEXO</b>	<b>41</b>

## A – CAPÍTULO I:

### 1. A IMPORTÂNCIA DO ESPORTE PARA O DESENVOLVIMENTO DO DEFICIENTE MENTAL:

Segundo a Carta Internacional de Educação Física e Desporto, apud JUNCKEN (1987), aprovada pela Conferência da UNESCO, em 21 de novembro de 1978, seu preâmbulo 1.1 acentua:

O exercício efetivo dos direitos de todo homem depende em grande parte das chances oferecidas a cada um de desenvolver e preservar, livremente, seus meios físicos, intelectuais e morais, e que, em consequência, o acesso de todo ser humano à Educação Física e aos Desportos deve ser assegurado e garantido.

A Carta estabelece no artigo 1º:

...é direito fundamental de todo ser humano o acesso à Educação Física e aos Desportos, os quais são indispensáveis à expansão de sua personalidade. O direito de desenvolver aptidões físicas, intelectuais e morais através da Educação Física e dos Desportos deve ser garantido tanto no plano do Sistema Educativo quanto em outros aspectos da vida social.

O preâmbulo também traz:

“A Educação Física e os Desportos devem ter a sua ação formadora reforçada, favorecendo os valores humanos fundamentais, que servem de base ao pleno desenvolvimento dos povos.”

Valores estes que devem tender à promoção da aproximação tanto dos povos como dos indivíduos, bem como ao estímulo desinteressado, à solidariedade e à fraternidade, ao respeito e à compreensão mútuos, ao reconhecimento da integridade e da dignidade dos seres humanos.

Artigo 2º:

A Educação Física e os Desportos, dimensões essenciais da educação e da cultura, devem desenvolver em todo ser humano as aptidões, a vontade e o domínio próprio e favorecer sua plena integração dentro da sociedade. A continuidade da atividade física e da prática dos desportos deve ser assegurada durante a vida, mediante uma educação global, permanente e democratizada.

JUNCKEN (1987) trata diretamente dos benefícios que a prática esportiva traz para o deficiente mental. Entretanto, fica claro que esta prática traz inquestionáveis benefícios a todas as pessoas, deficientes ou não.

A finalidade principal da educação é auxiliar na formação integral do indivíduo. Espera-se que deva iniciar ao nascimento e continuar por toda a vida, proporcionando o desenvolvimento físico e mental, de acordo com sua idade mental, cronológica e motriz. O

esporte exerce papel fundamental no desenvolvimento somático-funcional da criança, baseado em métodos e normas que respeitam a individualidade de cada um, bem como suas capacidades e limitações.

Tais benefícios se retratam num desenvolvimento orgânico mais satisfatório: pela melhoria cardiovascular; maior oxigenação devido a uma respiração mais correta, inspirando e expirando volume de ar suficiente; tônus muscular propiciando ajuste postural; maior agilidade, flexibilidade e ampliação dos movimentos, e proteção dos órgãos.

E mais: auxilia no esquema corporal (conhecimento das partes do corpo); coordenação dinâmica geral (motora grossa e fina); equilíbrios estático e dinâmico; dominância lateral; orientação e estruturação espaço-temporal; relaxação global segmentada e associada com a respiração e ainda desenvolvimento das noções de velocidade e força.

Na área psicológica, o esporte proporciona a liberação de sentimentos como agressividade, medo, frustração, repressão, satisfação, auto-realização, solidariedade, alegria, auto-confiança, fazendo com que o aluno assuma uma posição mais positiva em relação a si mesmo e aos demais.

## 2. OBJETIVO:

O objetivo deste trabalho é procurar demonstrar que o judô, como luta que é, e parte do conteúdo da Educação Física, também pode e deve ser utilizado como estratégia no processo ensino-aprendizagem de alunos deficientes mentais.

Uma vez que <sup>1</sup>“a atividade física pressupõe uma deslocação no espaço, uma ação fisiológica, um movimento em si próprio, e não é possível dissociar o emocional, a cognição, e o psicomotor numa situação de jogo ou da vida diária”, o judô vem corroborar as dimensões da AMA (Atividade Motora Adaptada), por tudo o que estará sendo explicitado ao longo deste trabalho. Portanto, sua função é classificar a funcionalidade que cada aluno apresenta, de forma neutra, tornando as tarefas mais fáceis para os executantes, sem deixar para trás, a educação em valores, para que o exercício em aula seja transportado para a vida.

N.R.<sup>1</sup>: Gorla, J.Irineu. Aula da disciplina de Avaliação em Atividade Motora, com o tema “As dimensões de adaptação de atividades motoras”. FEF/UNICAMP, em 20/04/2007.

### 3. METODOLOGIA:

Segundo Köche (1997), pesquisa bibliográfica é a que se desenvolve tentando explicar um problema, utilizando o conhecimento disponível a partir das teorias publicadas em livros ou obras congêneres.

Thomas e Nelson (2002) colocam a pesquisa analítica como aquela que envolve o estudo e a avaliação profundos da informação disponível, em uma tentativa de explicar fenômenos complexos, e a divide em: histórica, filosófica, revisões e síntese de pesquisa.

Visto que a revisão de literatura é uma fundamentação teórica relacionada diretamente ao problema de estudo (PICCOLI, 2006), este trabalho utilizou-se desta forma de pesquisa, para que se pudesse verificar a real existência de uma sistematização do judô, com o recorte específico da utilização dos valores implícitos para esta população específica: pessoas com deficiência mental.

Relacionado ao tema, busquei informações com meu *sensei* que indicou um ex-atleta de judô da academia, e através dele (hoje professor de Lutas em uma Faculdade de Educação Física), encontramos um trabalho de conclusão do curso de graduação de Licenciatura em Educação Física, de Maria Aparecida Maia (2000), onde relata não ter conseguido bibliografia pertinente, citando uma experiência com apenas 8 sujeitos; e um texto, de 1996, que trata do judô para deficientes mentais, onde o autor não o recomenda, por “ser perigoso” demais para essa clientela. As demais fontes pesquisadas tratam apenas do judô, ou tão-somente da deficiência mental. A partir destes materiais, procuramos cruzar as histórias de ambos os temas \_ judô e deficiência mental \_ para se justificar a aplicação de um sobre o outro.

## B – CAPÍTULO II:

### 1. INTRODUÇÃO AO JUDÔ:

A origem do judô nos remete ao século II A.C., quando se relata uma luta violenta (que empregava técnicas de *sumô*, *karatê* e *ju-jitsu*), e nada “esportiva” entre Nomi No Sukume e Taima No Kuemaya, perante o Imperador Suinin, onde o primeiro mata seu adversário (ROBERT, [19--]).

Outros relatos nos trazem que Chin Gempin, um chinês, emigrou para o Japão, e lá, iniciou as técnicas de uma luta chinesa (ROCHA, 1967).

Shirobey-Akyama, médico e filósofo, foi quem notou e transferiu um primeiro conhecimento que a natureza nos dava: a flexibilidade dos galhos do salgueiro, a ceder sob o peso da neve, para em seguida, se desvencilhar; assim como os troncados ramos da cerejeira que ofereciam resistência por determinado tempo, mas acabavam por se romperem.

No período feudal, ampliam-se os sistemas de lutas com e sem armas, que consistiam em ações defensivas e ofensivas.

Através do *BUSHIDO* dos samurais, o *ju-jitsu* aperfeiçoou-se até que JIGORO KANO visse nele uma possibilidade de criação de uma nova modalidade, onde o “não resistir ao esforço direto do oponente, mas ceder, aparentemente, a fim de, *a posteriori*, obter superioridade definitiva”, pudesse ser incorporado ao próprio sistema educacional do Japão, e, a partir daí, ganhar o mundo.

Aliou às técnicas de combate corporal uma filosofia:

- VIVER EM PAZ COM OS TEUS SEMELHANTES (ROCHA, 1967).

-A FAIXA PRETA É O INÍCIO DA VIDA DE UM JUDOCA (DELIBERADOR, 1996).

Enfim, a idéia de Jigoro Kano era uma atividade que estimulasse a melhoria da qualidade de vida, através da introdução de valores, como respeito e preservação do oponente, além do desenvolvimento total do participante, para que o prazer de lutar aparecesse sempre em primeiro lugar.

Fato é que o JUDÔ surgiu, originariamente, no Japão.

A escolha desta modalidade para conteúdo de Educação Física a pessoas com deficiência mental levou em consideração as qualidades próprias do judô:

### 1.3. DEPOIMENTO:

“Esporte completo e para todos, que desenvolve e define todas as partes do corpo, desde a panturrilha até os braços”, é o que diz a judoca Danielle Zangrado. “Não há contra-indicação. Todas as faixas etárias podem lutar.” O indicado é que se comece desde criança, preferencialmente aos cinco anos de idade, para se ter um maior desenvolvimento da coordenação motora e do controle emocional. “O judô é um misto de resistência e potência. O primeiro é importante por causa da duração das lutas. Elas podem ser bem rápidas, mas também podem demorar até dez minutos, e o praticante tem de estar bem fisicamente durante todo esse período de tempo. O segundo é importante para ser aplicado nos golpes. Quanto maior a potência, mais chance o atleta tem de conseguir aplicar o golpe. Por isso a preparação tem de ser completa, juntando a musculação com o condicionamento aeróbio. Para os atletas que competem, é muito importante a repetição dos movimentos. Nós analisamos os adversários e repetimos diversas vezes durante os treinos os principais golpes que serão utilizados nas lutas. É importante todos os atletas fazerem isso porque tira a ansiedade dos judocas e os ajuda a manter uma maior concentração. Para quem é disperso, o judô é excelente, principalmente por ensinar aos seus praticantes, maneiras de se focar nos objetivos. Quem faz judô torna-se mais tranquilo e com uma outra filosofia de vida. Muitas pessoas acabam partindo para o lado da meditação. Além da concentração, o esporte ainda nos traz situações novas diariamente. Os treinamentos nunca são iguais e, a cada dia, você aprende algo de novo”.

Em entrevista para a Revista A+ - a revista do Lance nº. 364, de 08 a 14 de setembro de 2007.

Achei oportuna esta opinião da atleta, que, apesar de se encontrar em condição de alto rendimento, corrobora os benefícios do judô ao iniciante, com ou sem deficiência.

## 1.4. HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DO JUDÔ:

A referência mais longínqua encontrada na história do Judô, remonta ao ano 230 A.C., (ROBERT, [19--], descrevendo um combate lendário em que Nomi No Sukume luta com Taima No Kuemaya, ante o Imperador Suinin, empregando, simultaneamente, técnicas do *sumô*, *ju-jitsu* e *karatê*. Sukume foi considerado vencedor matando seu adversário a pontapés...

Baseados na grande influência que a cultura chinesa exerceu no País das Cerejeiras e no grande poder de assimilação e transformação que são capazes os filhos do Sol Nascente, asseveram alguns que o *Ju Jitsu* é alienígena e afirmam que Chim Gempim, um chinês que emigrara para o Japão, aí ensinou alguns golpes de luta chinesa, dando início à atividade. O próprio Jigoro Kano (criador do Judô) acolhe com reserva a participação deste personagem nos primórdios do *Ju Jitsu* (ROCHA, 1967).

No que todos são acordes é que foi no Japão que a atividade criou-se, tomou consistência, evoluiu e diversificou-se, irradiando-se daí para todas as latitudes.

É interessante referirmo-nos à observação de Shirobei-Akyama (médico-filósofo), fundador da Escola Yoshin-Riu: passeava uma manhã no jardim do Templo, enquanto nevava abundantemente. Escutava o estalido dos ramos das cerejeiras, quebrando-se sob o peso da neve. Mas, de súbito, avistou um salgueiro na margem do ribeiro. O peso da neve curvava os seus ramos, mas o tronco flexível logo se desembaraçava do seu fardo, retomando a primitiva posição. Árvores fortes e troncudas resistiam por muito tempo mas terminavam com seus galhos fendidos ou arrancados do tronco tão logo a carga se acumulava em demasia. Eis a natureza a ensinar um princípio básico do *Ju Jitsu*, assimilado pelo Judô: “não resistir ao esforço direto do oponente, mas ceder, aparentemente, a fim de, *a posteriori*, obter superioridade definitiva” (ROCHA, 1967 – pág. 8).

Concluimos que o *Ju Jitsu*, de fato, senão de direito, é uma manifestação de cultura do povo nipônico, que nele reflete suas próprias características.

No período feudal cultivam-se e incrementam-se exercícios marciais como a esgrima do sabre e da lança, e a arqueria. Paralelamente, ampliam-se sistemas de lutas sem armas contra adversários armados ou não, fazendo surgir o *sumô* (luta corporal onde o peso e a força predominam) e o *ju jitsu*, à base da habilidade, dos estratagemas e ardis, consagrados ao combate real. Os seus recursos consistiam em ações defensivas e principalmente ofensivas, tais como: derrubar com violência o antagonista, golpear com as superfícies fortes do corpo, partes vulneráveis do adversário, prender ou imobilizar o oponente por torção, flexão forçada

ou distensão de articulações, que podiam causar dores atrozes ou mesmo fraturas. Golpes fulminantes ou compressões que causavam a perda dos sentidos ou mesmo a morte completavam o arsenal.

Durante o período *Tokugawa* (1603/1687), o *Ju Jitsu* desenvolvera-se como arte bem elaborada, através dos samurais, sendo ensinado por numerosos mestres habilitados, representantes credenciados das escolas que subsistiram sob o impacto do processo evolutivo. É interessante falarmos um pouco mais a respeito desta casta, que viveu submetida a uma disciplina do corpo e da alma, desenvolvendo assim a vontade e o domínio de si mesmo, que todo Samurai devia possuir em alto grau. Embora os Samurais não estivessem à altura de compreender a complexidade da doutrina ZEN, a verdade é que ela incutiu em seus espíritos a prática da serenidade, a simplicidade, a solidez do caráter e, sobretudo, lhes deu a estabilidade emocional que se traduziu em calma imperturbável, capaz de enfrentar todas as situações graves da vida e mesmo da morte. Os Samurais pautavam suas normas de conduta pelo *bushido* \_ código ético e moral \_ que significa via ou vida do guerreiro, e que visava arraigar sentimentos de honra, de dignidade, de intrepidez, de lealdade e de obediência. À força de um guerreiro devia aliar-se a serenidade de um filósofo e a insensibilidade de um estóico (impassível ante a dor e a adversidade). O *Bushido* preconizava uma vida de rusticidade, de respeito ao superior, bondade para o inferior e auxílio generoso às mulheres, aos velhos e às crianças.

Aparecesse um motivo para desonra, devia o Samurai morrer brava e honrosamente pelas próprias mãos, na presença de companheiro respeitável (*harakiri*). As mulheres, que não eram guerreiras, seccionavam a carótida com pequeno punhal (ROCHA, 1967).

### 1.4.1. A VALORIZAÇÃO DOS COSTUMES OCIDENTAIS, NAS ARTES MARCIAIS:

Conforme nos mostra Rocha (1967), durante dois séculos o Japão ficou entregue ao feudalismo, enquanto o Ocidente alargava seu horizonte sob o impulso da Revolução Industrial. Somente a partir da abertura dos portos, em 1865 é que o panorama histórico viu surgir a transformação político-social denominada Era Meiji, e com ela, uma diminuição na prática do *Ju Jitsu*, visto que os intelectuais e a elite desinteressavam-se das tradições, atraídos que estavam pela cultura do ocidente. O ensino do *Ju Jitsu* tornou-se acidental e mercenário, e as tropas armadas atualizaram-se à moda ocidental.

### 1.4.2. REAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO:

O Judô é um *Ju Jitsu* aplicado à vida moderna, cuidando do físico e do caráter do praticante, não esquecendo nem a parte técnica, nem a moral, procurando torná-lo útil à sociedade (ROCHA, 1967).

Criado por Jigoro Kano, o Judô nasceu no Japão. De formação filosófica, seu criador era um homem de baixa estatura, compleição franzina, e que constantemente, apanhava de outras crianças na escola. Além disso, apresentava dificuldades para relacionar-se com outros, em razão de seu debilitado corpo.

Decidiu-se pela prática esportiva, iniciando com a ginástica, o remo e o baseball (ROBERT, [19--]), até chegar ao *ju-jitsu*. Na medida em que foi percebendo que o *ju-jitsu* era uma arte marcial com a finalidade de lesionar o oponente, começou a se questionar: como uma atividade física organizada para trazer benefício ao ser humano, pode provocar um alto nível de lesões, podendo levar até à morte?

Jigoro Kano estudou profundamente e sintetizou as melhores técnicas do *Ju-Jitsu*; escolheu os golpes mais eficazes e os mais racionais; eliminou as práticas perigosas e incompatíveis com o elevado fim que visava. Aperfeiçoou a maneira de cair e inventou o princípio das quedas de amortecimento. Criou uma vestimenta especial de treino (o *judogui*); dedicou-se particularmente, aos métodos de projeção, aperfeiçoando vários de sua autoria. Aproveitou os valores positivos do *Ju-Jitsu*, e criou uma nova forma de vida, introduzindo valores de qualidade, como respeito e a preservação do oponente, o desenvolvimento total do participante, enfim, foi possível a incorporação do prazer no desenvolvimento de uma luta (DELIBERADOR, 1996).

Por fim, pensou que sua nova arte deveria ter outro nome, pois seu objetivo era completamente diferente \_ seu anseio era descobrir uma autêntica forma de viver, baseada na utilização racional da energia humana. Considerou esta nova ciência **JUDO**, caminho suave.

Desta forma, o Judô passou a se preocupar não só com a parte física, mas também com componentes de ordem filosófica, cultural, psicológica e política, pois, Kano objetivou reunir pessoas no desenvolvimento humano: sua principal idéia era uma atividade que estimulasse a melhoria da qualidade de vida.

### 1.4.3. VALORES:

Segundo Deliberador (1996), o judô procura promover o desenvolvimento humano, *ensinando a dominar o oponente através da capacidade intelectual e psicológica.*

Para Uzawa (1981), o ensinamento do judô requer um prévio conhecimento de si próprio: confiar em si mesmo, na capacidade de reação e de observação. Junto a estas virtudes o judô *ensina a cortesia, a paciência, abnegação e o respeito profundo aos adversários, que possibilitam melhorar o caráter, estimulando todas as faculdades.*

No caso de defesa pessoal, o Judô poderia levar um participante à morte? Deliberador (1996) responde que sim, <sup>4</sup>mas o inteligente na defesa pessoal através do Judô é não se envolver em brigas, não buscar problemas.

A diferença essencial entre o Judô e as demais lutas marciais está no fato de que naquele, até o praticante se estruturar, *definir o seu eixo psicológico, não aprende técnicas que geram elevado nível de agressividade, de periculosidade.* Somente quando se tem certeza de que a comunidade aceita o judoca e que ele jamais se utilizará do Judô para lesá-la, é que se iniciam as técnicas de defesa pessoal. *Toda ação do judoca tem que ser condizente com a filosofia do Judô.*

N.R.<sup>4</sup>: Grifo da Autora.

#### 1.4.4. MODO DE VIDA:

Judô não é apenas uma filosofia, um esporte, um treinamento: é a própria vida. Quando o aluno inicia as aulas de judô, cabe ao professor tornar realidade esta filosofia e de ajudar o mesmo a construir e assumir seus objetivos, que podem ser sintetizados na satisfação de participar das atividades, na satisfação do autocontrole, do auto-conhecimento, no domínio da capacidade de desenvolvimento da sua totalidade corporal, na capacidade de aprender a interagir com a comunidade. Com relação aos deficientes mentais, não é isso que se espera que assimilem? Não é esse o objetivo para as pessoas ditas “normais”, também? E esse processo de aprendizagem começa no *DOJÔ*, casa do Judô, e no aprender a incorporar e a mostrar esses valores em todos os atos de sua vida.

O judoca não é judoca apenas enquanto está de *judogui*, no *Dojô*: é-o o tempo todo, em toda a vida.

Com relação ao *DOJÔ*, *KODOKAN*, primeira escola de Judô, criada por Jigoro Kano no Japão, tem um significado que o sintetiza: local ideal para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, no qual todos possam participar, descobrir ou modificar o seu modo de vida.

A formação do judoca não diz respeito apenas à pequena comunidade do Judô, mas envolve também o que ocorre na sua casa, na escola, nas relações com os amigos. Os valores estão implícitos nas ações orientadas pelo Professor, que não fala explicitamente, sobre os princípios. Mas a atitude aprendida no seu processo de formação vai sendo, paulatinamente, transmitida a seus alunos e faz com que estes princípios sejam naturalmente vividos e incorporados.

Nas aulas, tudo é discutido e assumido: a partir do combinado, o nível de cobrança torna-se elevado, pois o judoca tem que ter um grande controle de suas ações, tem que ter um comportamento diferenciado em todas as situações; caso contrário, não haveria necessidade de filosofia, de valores e princípios, de identidade, de participação e intensa vivência (DELIBERADOR, 1996).

#### 1.4.5. PRINCÍPIOS E HIERARQUIA:

Estes fundamentos influenciam, diretamente, a estrutura do processo de formação do judoca, no sentido de *que aprendemos e vivemos o respeito, aprendemos e vivemos nossos limites*.

Torna-se necessário conhecer os limites e saber que precisamos respeitar o ser humano que *detém um maior nível de conhecimento e também os que detêm um menor nível*. Com os de maior nível, assimilamos tudo o que for possível; com os de menor, somos estimulados a descobrir e a perceber a profundidade da diferença. Assim, a aula de Judô se transforma em uma troca de experiências e aprendizagens. Todos sabem sobre o seu nível de conhecimento e atitudes e, nesta direção, a hierarquia se estrutura de formas ascendente e descendente: respeitamos os mais antigos (*SENPAI*), os mais graduados, como os mais novos (*KOHAI*), os menos graduados. Todos os níveis hierárquicos merecem o mesmo respeito, mas para haver esse domínio, é preciso SENTIR: ao entrar, sou um *KOHAI*, um faixa branca, todos me ensinam. Com o passar dos anos, torno-me faixa preta. Outros ainda são meus *SENPAI*; estes me ensinam e eu transmito esses conhecimentos para os demais. Tenho consciência de que meu conhecimento jamais chegará ao fim; estarei sempre aprendendo alguma coisa, me aperfeiçoando. A hierarquia facilita a transmissão da filosofia, a aplicação no treinamento, o desenvolvimento das qualidades e capacidades motoras. E mais: faz com que o judoca transmita esses conhecimentos para fora do *Dojô* (DELIBERADOR, 1996).

Se o iniciante Pedrinho briga na escola, não é apenas o Pedrinho quem brigou, mas o judoca Pedrinho \_ ele sabe o peso dessa responsabilidade. Na medida em que ele aumenta seu conhecimento, vai se aproximando da faixa preta e quando a conquista, ele sabe qual deverá ser a sua postura na comunidade. Ele é uma pessoa diferenciada e não pode ser aquela que fica bebendo ou se drogando, pois, isso, vai debilitar sua estrutura orgânica e, principalmente, moral, de forma que não conseguirá mais treinar (História adaptada do texto de Ângelo Peruca Deliberador – 1996).

O Judô seria só hierarquia? Não, é todo o desenvolvimento do ser humano, através do treinamento: desde o *UKEMI* (educativo para quedas), o *KAKU-SOKU-GUEIKO* (troca de golpes com projeções alternadas), o *KAKARI-GUEIKO* (luta simulada onde só um ataca e o outro só defende), o *KAN-GUEIKO* (treinamento intensivo de inverno), fundamentos específicos, até as mais sofisticadas técnicas de superação do oponente. Tudo faz parte da filosofia, da vida pessoal do judoca. E ele tem a responsabilidade de transmitir tudo, mesmo que não tenha percebido em qual momento de seu treinamento aprendeu aquela atitude social.

É importante que nas mais diversas situações que surjam no seu dia a dia, ele encontre uma saída adequada, satisfatória para todos, consciente de que na vida, nada vem de graça ou acontece por acaso; ele sabe que vai cair, levantar, dar a volta por cima, persistentemente, continuar em frente. E também vai provocar quedas: a cada dia ele acrescenta mais um passo \_ um de cada vez \_ ninguém começa aprendendo a executar técnicas de complexidade motora muito elevada, *sempre do mais simples para o mais complexo \_ a vida é assim!*

Jigoro Kano, quando faleceu, foi homenageado com a outorga do 2º grau na hierarquia japonesa, abaixo apenas do imperador. Esta conquista foi resultante da qualidade do trabalho desenvolvido durante toda a sua vida; ele não saltou do 10º grau para o 2º. Foi progredindo conforme o desenvolvimento da qualidade de prestação de serviço para a sociedade japonesa.. É importante ressaltar que Jigoro Kano, além de criar o Judô, foi responsável pela introdução da Educação Física no sistema educacional japonês, pela criação do primeiro clube de baseball, professor e diretor do Colégio de Nobres do Japão, e teve várias outras passagens ativas em benefício da melhoria da sociedade japonesa. Deste modo, prestar serviços à comunidade é uma missão do judoca. Ao promover sua dimensão social, o Judô não só atende às necessidades pessoais deste, como também auxilia na melhoria da qualidade de vida da sociedade.

#### **1.4.6. O SISTEMA DE FAIXAS E OS VALORES:**

A etiqueta do judô o diferencia dos outros esportes olímpicos e é um requisito prévio a seguir, que é tão importante quanto o próprio combate. A saudação indica o respeito pelas regras e filosofia do judô, respeito ao adversário e a si mesmo. Durante a saudação, o indivíduo se prepara mentalmente, para atingir um estágio próximo à perfeição na execução das técnicas e à prática do judô (FEDERAÇÃO PAULISTA DE JUDÔ, 1997).

Quando vai a um novo *Dojô*, para participar de treinamento, e o judoca não conhece os professores e os demais participantes, ele os reconhece através das <sup>5</sup>*OBI* (faixa colocada no centro do corpo do judoca e significa tudo o que ele sabe). Ao identificar o mais graduado, dirige-se a ele para cumprimentá-lo. Em seguida, aos demais menos graduados até chegar ao seu grau. Os menos graduados procuram-no para o cumprimento. É uma demonstração de respeito, de externar o prazer de lá se encontrar e colocar-se à disposição para aprender e ensinar (DELIBERADOR, 1996).

Outro exemplo é com relação ao quadro de Jigoro Kano: todo *Dojô* tem à sua frente, um quadro com a figura de Jigoro Kano e, antes de iniciar uma atividade, todos os presentes

fazem o *REI*, um cumprimento à figura do líder. Quando se entra ou sai do *tatami*, faz-se uma reverência para reconhecer e agradecer ao seu fundador e ao fato de ali se encontrar reunido com os demais companheiros por causa dele, o criador do judô. Não se trata de adoração de imagem.

Por outro lado, no *shiai*, ou competição, mostra-se uma oportunidade para que o judoca demonstre suas habilidades e a etiqueta do judô em público. As reverências tradicionais permitem ao judô certo destaque: para dar início à competição, os árbitros e competidores se juntam sobre a área de competição, e saúdam ao *JOSEKI*, ou mesa principal, para reverenciar os mestres de graus superiores e convidados que ocupam posições elevadas. A seguir, os árbitros giram para sua esquerda, ficando de frente aos competidores, que os saúdam cortesmente, para demonstrar que os respeitam e às regras de competição durante o dia.

É responsabilidade igual para todos os judocas, treinadores, competidores e árbitros conhecerem todos os aspectos das tradições de reverência do judô, a fim de assegurar que a etiqueta permaneça, e a tradição continue.

Assim, revitaliza a identidade, e os valores envolvidos.

N.R.<sup>5</sup>: A graduação do Judô é baseada na habilidade individual do praticante, que é medida por exercícios especiais, pela eficiência nas competições, aliada à conduta e ao conhecimento do Judô. As diferentes graduações estão nas seguintes cores de Faixas: Branca, Azul, Amarela, Laranja, Verde, Roxa, Marrom e Preta.

## C – CAPÍTULO III

### 1. INTRODUÇÃO À DEFICIÊNCIA MENTAL:

Pessoas com deficiência já foram consideradas mal a ser eliminado, obra do diabo, “coisas ou objetos”, pessoas sem alma, pessoas dignas de compaixão...

No decorrer do tempo, vários foram “descartados” desde a Grécia Antiga, quando o corpo perfeito e forte era cultuado; outros sentiram o desprezo das sociedades que os viam como criaturas que traziam o mau-agouro e, portanto, os isolavam dos “normais”, e outros ainda, puderam “gozar” da compaixão de alguns, que simplesmente os viam como “*les enfants du bon Dieu*” (PESSOTI, 1984 – pág. 4).

A partir do século XVIII iniciam-se trabalhos para que se eduquem estas pessoas. Contudo, é somente na última parte do século XX que se pensa em integrá-las na sociedade. Hoje são conhecidas várias causas e tipos de deficiência, e vários também são os tipos de técnicas empregadas para a educação de cada caso. O que não se pode negar é a oportunidade da educação e convívio; não se pode deixar de acreditar. Limitações, todos temos e precisamos desta consciência.

É preciso valorizar o que o deficiente pode fazer e não aquilo que não consegue.

A Educação Física trabalha com pessoas, como tantas outras áreas. E, se elas apresentam deficiências ou não, precisam do benefício que a prática da atividade física proporciona.

Cabe aos profissionais selecionarem aquelas que melhor se adaptem à sua clientela.

### 2. A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DE DEFICIENTES MENTAIS:

A história nos traz que é relativamente nova a idéia de se educar crianças excepcionais.

Houve progresso, desde a época de Esparta, quando se matavam bebês deficientes ou deformados, mas, o progresso foi lento.

Podemos reconhecer quatro estágios de desenvolvimento das atitudes em relação às crianças excepcionais (KIRK e GALLAGHER, 1996).

- **Era pré-cristã:** tendência a eliminar, negligenciar e a maltratar os deficientes.
- **Cristianismo:** proteção e compadecimento.

- **Séculos XVIII e XIX:** Fundam-se instituições para oferecer-lhes uma educação à parte.
- **Última parte do século XX:** movimento que tende a aceitar as pessoas deficientes e a integrá-las tanto quanto possível na sociedade.

As tentativas organizadas por profissionais para ajudar as crianças lentas começaram a menos de 200 anos, com *Jean Itard, médico francês que tentou educar um menino, encontrado vagando na floresta nos arredores de Aveyron*. Apesar de Itard ter achado que suas tentativas em educar o “Selvagem de Aveyron” falharam, um de seus discípulos, Edward Seguin, desenvolveu muito suas abordagens, e tornou-se líder do movimento em auxílio às crianças e adultos retardados (KIRK e GALLAGHER, 1996).

Seguin embarcou para os EUA em 1848, devido à agitação política européia. O esforço dos americanos em educar as crianças deficientes mentais foi intensificado pelo trabalho do próprio Seguin. O cuidado e a educação do deficiente mental neste país mudaram, gradativamente, das grandes instituições para as classes especializadas das escolas públicas e para a atual filosofia de integrar crianças deficientes mentais à sociedade, tanto quanto possível \_ AMR, ambiente menos restritivo. Assim é que, nos últimos 30 ou 40 anos houve uma mudança significativa no modo de encarar as causas da deficiência. Houve época em que se pensava que a excepcionalidade era inata, semelhante à condição médica existente quando uma criança contrai uma doença. Quando era surda, cega ou retardada mental, aceitava-se a condição que existia por completo na criança e que o problema básico era fazer com que o profissional descobrisse um meio de eliminá-la ou de ajudar a criança a se adaptar ao seu mundo (KIRK e GALLAGHER, 1996).

À medida que, incluíram-se desordens de comunicação, distúrbios de aprendizagem, desordens de comportamento e retardo mental moderado à excepcionalidade, tornou-se claro que o termo abrangia uma combinação de características individuais e as exigências especiais do ambiente sobre o indivíduo \_ daí a alteração do modelo médico para o modelo ecológico, onde se percebem as interações complexas da criança com as forças ambientais.

Do ponto de vista educacional, esta mudança de enfoque representa um movimento que se distancia do objetivo exclusivo de se mudar a criança para chegar a um objetivo mais amplo de replanejamento da aprendizagem e do ambiente social da mesma (KIRK e GALLAGHER, 1996).

### **3. CAUSAS DA DEFICIÊNCIA:**

A Associação Americana de Deficiência Mental identificou 9 disposições principais, como agentes causadores da deficiência mental (GROSSMAN, 1977, apud KIRK e GALLAGHER, 1996):

- Infecção e intoxicação
- Trauma ou agente físico
- Metabolismo ou nutrição
- Doença cerebral grave
- Influência pré-natal desconhecida
- Anormalidade cromossômica
- Distúrbios de gestação
- Retardo decorrente de distúrbio psiquiátrico
- Influências ambientais

É comum encontrarmos paralisados cerebrais nos treinamentos de judô para deficientes mentais, além dos seguintes casos: síndrome de down, fenilcetonúricos, seqüelados de rubéola e encefalite, que se enquadram na relação acima como anormalidade cromossômica, metabolismo e infecção.

### **4. QUAIS OS CRITÉRIOS PARA SE CLASSIFICAR UMA CRIANÇA COMO EXCEPCIONAL?**

As crianças são consideradas excepcionais somente quando suas necessidades exigem a alteração do programa educacional, ou seja, quando os desvios de seu desenvolvimento atingem um tipo e um grau que requerem providências pedagógicas desnecessárias para a maioria das outras crianças.

A classificação seguinte encontra-se na obra de Kirk e Gallagher (1996), e é mais comum:

1. Desvios mentais incluindo crianças que são:

a- intelectualmente superiores;

b- lentas quanto à capacidade de aprendizado (mentalmente retardadas);

**2. Deficiências sensoriais, incluindo crianças com:**

a- deficiências auditivas;

b- deficiências visuais;

**3. Desordens de comunicação, incluindo as crianças com:**

a- distúrbios de aprendizagem;

b- deficiências da fala e da linguagem;

**4. Desordens do comportamento, incluindo:**

a- distúrbio emocional;

b- desajustamento social;

**5. Deficiências múltiplas e graves, incluindo várias combinações:**

a- paralisia cerebral e retardamento mental, surdez e cegueira, deficiências físicas e intelectuais graves, etc...

Encontramos também a definição em Vítor da Fonseca (1995): “A criança deficiente é a criança que se desvia da média ou da criança normal em:

1) características mentais;

2) aptidões sensoriais;

3) características neuromusculares e corporais;

4) comportamento emocional;

5) aptidões de comunicação;

6) múltiplas deficiências, até o ponto de justificar e requerer a modificação das práticas educacionais ou a criação de serviços de educação especial no sentido de desenvolver ao máximo as suas capacidades”. (FONSECA, 1995, apud Council of Exceptional Children (CEC) no I Congresso Mundial (Stirling, 1978) sobre o Futuro da Educação Especial – pág. 25).

O mesmo autor ainda completa que, a idéia fundamental da definição e da classificação em Educação Especial (EE), deve considerar que se classificam comportamentos e não, crianças. A partir disso, outra necessidade advém: o diagnóstico não pode favorecer a concorrência competitiva entre especialistas nem a falta de uma linguagem interdisciplinar, pois, antes de tudo, está em jogo a dignidade da pessoa humana.

Em nenhuma circunstância o diagnóstico deve se afastar do pensamento educacional (por isso, o cuidado com rótulos/diminuição de expectativas; ao contrário, não se deve

descuidar de sua precisão científica, para se realizar as modificações necessárias às práticas na educação).

Há que se ter noção dos processos receptivos de informação visual-auditiva e tátil-cinestésica.

Por outro lado, convém observar os processos de integração e organização simbólica e conceitual (atenção, discriminação, identificação, retenção, compreensão, planificação e controle). Enfim, é necessário avaliar os processos expressivos, nomeadamente, na linguagem (comunicação verbal e vocalização) e no movimento ideacional (controle tônico-postural, lateralidade, imagem corporal, estruturação espaço-temporal, praxias e linguagem gestual), além dos processos de ajustamento sócio-emocional.

## 5. PRINCÍPIOS DE ORGANIZAÇÃO:

Segundo Kirk e Gallagher (1996), os não-deficientes têm dificuldades para compreender o que é ser diferente. Por exemplo, a cegueira, a surdez ou a deficiência física podem ser simuladas, mas para os não-deficientes continua havendo uma armazenagem de memórias visuais, auditivas e motoras que oferecem um *background* rico de informações recuperáveis, não disponível para os deficientes. Tanto que é ainda mais difícil imaginar o que é ser deficiente mental. Todos sabem o que é sentir o fracasso, mas, quantos vivenciaram um fracasso crônico, inevitável em quase todas as tarefas tentadas, somado até à incapacidade de reconhecê-lo?

As crianças diferem não só de uma para outra (diferenças interindividuais), mas também são diferentes quanto às capacidades e incapacidades em si (diferenças intra-individuais). O grau de desvio e a constelação de diferenças variam de criança para criança. Até mesmo dentro de um grupo chamado normal ou de crianças típicas, duas jamais têm a mesma constelação de diferenças. Mas há diferenças menores que são aceitas como “normais”, pois, uma elevada porcentagem da população difere nesse ponto. Fora desse grupo maior encontramos crianças que diferem da maioria por uma ou mais características de aprendizagem. Essas crianças têm características semelhantes, como as encontradas em grupos de crianças com deficiências auditiva ou visual, com problemas de interação com os colegas, ou os grupos, cuja capacidade de aprendizagem é significativamente mais lenta. As semelhanças dentro de cada conjunto não eliminam as diferenças individuais (KIRK e GALLAGHER, 1996 – pág. 33 e 34).

Para Fonseca (1995), na criança deficiente mental, o potencial de aprendizagem é caracterizado por graus de incapacidade adaptativa, no qual subsiste inferioridade mental global; na criança com dificuldades de aprendizagem, há um potencial normal de aprendizagem caracterizado por discrepância entre as capacidades e o nível de realização, ou

seja, nota-se integridade global sensorial, intelectual, emocional e motora, e apenas se observa dificuldade na aprendizagem.

É preciso diferenciar a criança com dificuldades de aprendizagem, da criança deficiente e da criança que experimenta problemas de aprendizagem por razões de desvantagem cultural, de inadequado envolvimento pedagógico, de envolvimento sócio-econômico e sócio-emocional frustrado ou por deficiências específicas, típicas ou múltiplas, diagnosticadas cientificamente.

Procedendo à identificação precoce de cada caso, muitas crianças terão o apoio devido, caso contrário, geram-se problemas de inadequação social. Se as crianças com dificuldades de aprendizagem não forem confundidas ou rotuladas por deficientes mentais, e garantindo, paralelamente, meios e recursos adequados no início da escolaridade, ganham-se cidadãos alfabetizáveis, independentes e conscientes para as progressivas transformações sociais.

Inúmeras tabelas para se quantificar os potenciais de aprendizagem têm sido estabelecidas. Uma das mais reconhecidas é a da *American Association of Mental Deficiency (AAMD)*, e classifica as deficiências em tipos, levando em consideração, uma escala de valores em quociente de inteligência, desenvolvidos por Stanford e Wechsler:

	STANDFORD/BINET	WECHSLER
ligeira	68-52 QI	69-55 QI
moderada	51-36	54-40
severa	35-20	39-25
profunda	<19	<24

Outra versão, surge com Kirk, também referindo-se a QI:

- dificuldade de aprendizagem ( <i>slow learner</i> )	80-90 QI
-deficiência mental educável ( <i>educable mentally retarded</i> )	50-55 75-79 QI
-deficiência mental treinável ( <i>trainable mentally retarded</i> )	30-35 50-54 QI
-deficiência mental dependente ( <i>dependent mentally retarded</i> )	< 25-30 QI

Para tanto, é necessário planejamento para acomodar com eficácia essas diferenças; a análise cuidadosa do perfil de desenvolvimento de uma determinada criança mostra diferenças importantes nas suas próprias capacidades.

Ao modificar o ensino às suas necessidades, modificam-se três áreas educacionais principais: **conteúdo, habilidades e ambiente de aprendizagem** (KIRK e GALLAGHER, 1996).

O conteúdo pode ser modificado para que o deficiente possa dominar a matéria correspondente às suas capacidades (com o judô isto pode ser vivenciado: adaptação nas pegadas, sem, contudo, infringir as regras, exclusão de técnicas de estrangulamento (*shime waza*) e chaves de articulação (*kansetsu waza*) para evitar problemas de ordens física e emocional. Os tipos de habilidades a serem adquiridos podem ser adaptados de acordo com o tipo de deficiência: exame de faixa para PC (paralíticos cerebrais) somente em *newaza*, assim como oferecimento de técnicas em *handori* (luta em pé) e *newaza* (luta no solo) conforme o perfil de cada aluno (por exemplo: algumas pessoas adaptam-se a alguns golpes melhores que outras \_ uns executam com perfeição o *OGOSHI* (técnica de quadril), e outras *TAI OTOSHI* (técnica de pés) como seu golpe preferido e de maior precisão, e assim sucessivamente).

Da mesma forma, as modificações no ambiente são importantes para a combinação do programa da educação comum com o de educação especial.

## **6. CARACTERÍSTICAS DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA MENTAL:**

De acordo com o Prof. Dr. Francisco Xavier de Vargas Neto APUD Desporto adaptado a portadores de deficiência: *o Judô (1996)*, e como já relatado anteriormente, “o DM pode apresentar dificuldade em assimilar informações, mas pode aprender com experiências passadas com a mesma capacidade de pessoais <sup>6</sup>normais”. Em alguns momentos, o DM (deficiente mental) não compreende o que se espera dele, exatamente, e pode responder inadequadamente, em situações do cotidiano, por não ter um perfeito entendimento da própria situação. Podemos determinar situações onde comportamentos sociais e emocionais façam parte de seu dia-a-dia, através da modalidade Judô. Assim, todas as aulas em que o judô está presente, exercitam-se os valores desta disciplina, para que sejam internalizados por cada aluno, e este, pelas repetições e cobranças, possa utilizá-los nos Festivais/Competições e em seu cotidiano. A cada encontro ficam claros os objetivos, onde a participação tem valor maior que o resultado da própria luta.

O fato de ter ido a outro *DOJÔ*, com seus colegas de classe, para se apresentar ou competir, a ida a uma lanchonete para almoçar, após o compromisso, a saída de kombi sem os pais ou responsáveis, insere neles a vontade de continuar treinando e se aperfeiçoando para ser “convocado” outras vezes. Entretanto, todos sabem que só vão os que aliam duas características importantíssimas: o conhecimento mínimo da modalidade para a apresentação/competição e o comportamento adequado, que vai desde a higiene pessoal, o

modo como se alimenta, até a maneira como se relaciona com pessoas de seu convívio ou estranhas a ele (valores).

## 6.1. HABILIDADES MOTORAS FÍSICAS:

Francis e Rarick(1960) e Rarick e Widdop (1970), apud KIRK e GALLAGHER, (1996), fizeram estudos sobre a capacidade motora e aquisições em educação física de deficientes mentais educáveis, e demonstraram que, em capacidade motora, os resultados médios das crianças DM, em testes físicos, são inferiores aos resultados médios de crianças com QI dentro da média. Os estudos sobre os efeitos da programação de educação física para a melhoria da capacidade motora mostraram resultados positivos (SOLOMAN e PARGLE, 1976, apud KIRK e GALLAGHER, 1996).

Como há uma prevalência, ligeiramente mais alta, de problemas neurológicos, de visão e de audição entre as crianças DM Educáveis, pode-se presumir uma tendência a habilidades físicas e motoras inferiores, embora, crianças DM consideradas individualmente, possam mostrar notáveis capacidades físicas e atléticas.

Encontram-se, todavia, nas crianças DM Treináveis, problemas envolvendo a coordenação, o equilíbrio e habilidades motoras leves, pelo fato de que ocorreram danos ou distúrbios no sistema nervoso central. Alta prevalência de problemas motores (andar rígido, como um robô) também foi notada em crianças com vários distúrbios metabólicos.

Dados mais recentes que os anteriores evidenciam um desenvolvimento motor atrasado, relacionado a fatores cognitivos de atenção e psicológicos (DESPORTO ADAPTADO A PORTADORES DE DEFICIÊNCIA: JUDÓ, 1996). Estudos comparativos entre crianças com deficiência mental e normais, mostram que estas apresentam melhor performance motora (flexibilidade, tempo de reação, velocidade, equilíbrio e agilidade), embora, o DM leve possa competir com as mesmas e obter sucesso.

Também sobre crianças com DM moderada, observamos uma diferença aproximada de 4 anos, em relação às crianças normais, nos testes de aptidão física e performance motora, demonstrando melhor flexibilidade que os DM leve; assim como meninos DM apresentam melhor equilíbrio e flexibilidade que meninas DM.

Um número significativo de crianças com DM apresentam hipotonia e/ou excesso de peso; ainda podem apresentar outras deficiências associadas, como desvios posturais e paralisia cerebral.

O Programa *Special Olympics*, criado em 1968 pela Fundação Eunice Kennedy Shriver e Joseph P. Kennedy elabora competições abertas a indivíduos DM acima de 8 anos e encoraja a participação de crianças e jovens deficientes mentais em várias atividades físicas, indicando que sua prática melhora suas habilidades esportivas e as práticas sociais. Organiza e

realiza a cada 4 anos os Jogos Olímpicos Especiais de Verão e os Jogos Olímpicos Especiais de Inverno (KIRK e GALLAGHER, 1996; Desporto adaptado a portadores de deficiência, 1996).

## **6.2. MEMÓRIA E ATENÇÃO:**

Pode-se atribuir a memória ruim da criança deficiente a uma incapacidade de se concentrar em objetos ou idéias, de manter informações na memória a curto prazo, de transferir informações da memória a curto prazo para a memória de longo prazo, ou à incapacidade de usar estratégias eficazes para recobrar a informação apropriada da armazenagem da memória?

O que se obteve é que a incapacidade de prestar atenção e de transferir dados da memória de curto prazo para a de longo prazo são mais importantes.

Um dos fatores que influencia a memória é a capacidade de prestar atenção, de ficar alerta. Somente se o aluno não mantiver a atenção na tarefa que está desenvolvendo, é que terá dificuldade em aprender, seja deficiente, ou não.

O judô melhora os níveis de atenção e concentração, pois, o aluno observa a demonstração do golpe/imobilização e em seguida, executa o movimento específico; ouve e fala seu nome em japonês, associando-o ao golpe/imobilização em questão quantas vezes forem necessárias, até que o realize com segurança.

## **6.3. CAPACIDADES EXPRESSIVAS:**

Os limites devem ser divididos, de acordo com FONSECA (1995), em duas áreas: verbal e motora. Trataremos da área motora. Estes limites são postos à prova nos primeiros anos de vida \_ desenvolvem-se os sistemas de respostas inatas (reflexos), que se coordenam, estruturam e se auto-regulam nos sistemas motores globais (postura, equilíbrio, locomoção...), complicando-se, posteriormente, em sistemas de motricidade fina (praxias ideomotoras e ideatórias, destrialidade...). Tudo isso depende da imagem corporal que se constrói mentalmente, de acordo e como corolário da experiência com objetos e com os outros.

A motricidade é um indicador significativo do processo de maturação, tanto no desenvolvimento normal, como no patológico. Sob este aspecto, é suficiente caracterizar a criança com paralisia cerebral: esta condição multideficiente, que causa inúmeros problemas

de comportamento e de aprendizagem, resulta da paralisia, fragilidade ou descoordenação dos centros motores cerebrais que afetam as capacidades expressivas motoras e verbais (dado que o aparelho fonador humano envolve, da mesma forma que qualquer conduta ou qualquer <sup>7</sup>movimento ideacional, uma programação e uma regulação dos centros motores efetores do cérebro).

Tendo, a paralisia cerebral quase sempre uma etiologia (desordem do sistema nervoso central) idêntica à deficiência mental, deve ser, entretanto, diferenciada no plano dos aspectos neurogenéticos da aprendizagem, bem como, nos processos e objetivos educacionais. Contudo, nunca poderemos demarcar os grupos nem confundir diagnósticos.

Deste modo, em nenhuma circunstância, se pode relacionar uma afecção da motricidade com uma afecção da psicomotricidade. Não temos dados ainda que demonstrem onde acaba a paralisia cerebral e onde começa a criança com dificuldades de aprendizagem: numa, o centro dos problemas é motor, noutra, o centro é de aprendizagem; isto é, uma dificuldade psicomotora representa uma adequada integridade da função motora, enquanto uma deficiência motora, não.

N.R.<sup>7</sup>: Controle tônico postural, lateralidade, imagem do corpo, estruturação espaço-temporal, praxias e linguagem gestual.

## **D – CAPÍTULO IV:**

### **1. ASPECTOS DO PROCESSO PEDAGÓGICO NO ENSINO DE JUDÔ PARA DEFICIENTES MENTAIS:**

No processo de ensino-aprendizagem de qualquer modalidade esportiva, inicia-se do mais simples para o mais complexo. Não haveria de ser diferente o Judô para deficientes mentais. De acordo com COSTA (1992), apud Desporto adaptado a portadores de deficiência: o Judô (1996) – pág. 13:

Os aspectos que orientam as práticas pedagógicas dos esportes pela pessoa portadora de deficiência devem ser construídos a partir das limitações e potencialidades individuais do aluno, bem como de sua relação com a atividade a ser desenvolvida.

O professor deve ser o agente que possibilita experiências concretas aos seus discípulos. Demonstrar e manipular partes do corpo, muitas vezes, é mais útil do que explicações orais.

As crianças tendem a imitarem adultos e outras crianças as quais admiram; então, elas adotam comportamentos conforme os exemplos que lhes agradam.

A consistência do comportamento do professor e dos alunos, de modo geral, ajuda a estabelecer e manter uma relação de trabalho, aonde as habilidades e os VALORES, vão sendo assimilados de maneira natural.

Gostaria de citar uma parte do texto escrito pelo Prof. Dr. Francisco Xavier de Vargas Neto, apud Desporto adaptado a portadores de deficiência: o Judô (1996) – pág. 13, e que discorre sobre o judô e o deficiente mental:

Com relação aos deficientes mentais, acreditamos que o ensino do judô deve ser analisado com bastante prudência, pois, com exceção de umas poucas experiências com deficientes mentais na França, não conhecemos outras pesquisas que mostrem resultados satisfatórios nesse campo.

Devemos considerar que o judô é um esporte em que, o aluno, ao assimilar determinados conhecimentos, passa a dominar técnicas que se podem tornar perigosas, principalmente, em relação ao indivíduo que as conhece e aplica.

Consideramos fundamental, portanto, a análise desses diversos parâmetros por parte do professor, quando do início e desenvolvimento de programas de ensino do judô para qualquer tipo de deficiência.

Ainda, o mesmo autor, quando relata sobre Olimpíadas Especiais (*Special Olympics*):

Existem duas classificações de esporte: oficial e demonstração. As Olimpíadas Especiais utilizam as regras das Federações Internacionais de Esportes para regular as competições, exceto, quando essas regras conflitam com suas próprias regras oficiais. O judô, por ser um esporte que inclui competições de combate corpo a corpo, fere os princípios filosóficos básicos das Olimpíadas Especiais. Além disso, o judô é considerado, pelo Comitê de Medicina Esportiva das Olimpíadas Especiais, um esporte que oferece risco à segurança e à saúde dos atletas. Por todas essas razões, é um dos esportes proibidos no regulamento das Olimpíadas Especiais (pág. 14).

Quando fiz a disciplina JUDÔ, em meu terceiro ano de graduação, eu já estagiava na APAE em que trabalho até hoje. O modo como o professor desta disciplina transmitiu-nos as habilidades motoras que precisávamos adquirir para realizar a modalidade, e a filosofia que veio intrínseca a cada movimento, convenceu-me de que o judô iria trazer melhoras em muitos aspectos de minha vida e de meus futuros alunos. Após 7 anos de formada, em 1993, consegui iniciar um treinamento em judô, com o firme propósito de proporcionar aos alunos da APAE, esta melhoria de qualidade de vida.

A eles, dei a mesma iniciação que eu tive, primeiro com o *sensei* na graduação, e em seguida, com o *sensei* que ministrava a disciplina na academia a qual retomei o aprendizado do judô: a história da criação do judô (a intenção de Jigoro Kano em criar um esporte baseado nas técnicas do *ju-jitsu*, porém, que trouxesse benefícios bio-psico-sociais aos indivíduos que dele participassem).

Desta forma, com 04 (quatro) classes (aproximadamente 30 alunos) em 1993, demos início à modalidade, falando sobre a importância do adversário: sem ele não posso mostrar o que sei. Caso venha a machucar, sistematicamente, as pessoas que treinam comigo, por falta de cuidado ou atenção, logo não terei mais com quem treinar. Sempre foi necessário seguir à risca, as técnicas de segurança.

Contei-lhes sobre a importância do aprendizado das quedas e seus respectivos nomes japoneses:

- *mae ukemi*: rolamento/queda para frente
- *ushiro ukemi*: rolamento/queda para trás
- *yoko ukemi*: queda à lateral

Do mesmo modo que falei do significado da batida de mão no solo, no momento da queda (amortecimento corporal), e da importância em se manter a cabeça alta.

Repetimos as quedas e seus nomes várias vezes, até passar para o aprendizado das pegadas (gola e manga), e para o primeiro golpe em pé (*OSOTO GARI* = a grande varrida) e à primeira imobilização em solo (*HON KESA GATAME*).

Segui a seqüência de golpes usada nos exames de faixa a que eu própria fui submetida, tendo apenas o cuidado de lhes omitir as chaves de articulação (*kansetsu waza*) e os estrangulamentos (*shime waza*).

Duas foram as razões pelas quais não lhes passei estas técnicas: primeiro, o cuidado em manter-lhes a integridade física, segundo, porque já sabia que em suas competições (Federação Nacional das APAEs), elas não seriam permitidas. A todos os alunos que participariam das aulas de judô expliquei a existência de ambas as técnicas e os reais motivos

para não aprendê-las. Contudo, em momento algum, pensei que o judô pudesse ser perigoso, como citado no texto anterior. O judô pode ser perfeitamente utilizado como modalidade esportiva e de lazer, sem a utilização dos estrangulamentos e das chaves de articulação.

O que penso é que o professor deve estar consciente de seus objetivos, e transmiti-los a seus alunos de forma a assegurar os benefícios já citados (e que são muitos e significativos). Não podemos e nem devemos “pular etapas” \_ é necessário garantir a real aprendizagem de cada uma delas: filosófica ou cognitivo-motora.

## 2. POR QUE O JUDÔ É TÃO POUCO EXPLORADO?

A meu ver, vários são os fatores que inibem a ação do professor de Educação Física em optar pelo JUDÔ como conteúdo de suas aulas para o deficiente mental.

Primeiro, nem todos os profissionais da Educação Física têm essa disciplina em sua graduação, e, se não houver interesse do mesmo em buscar novos conhecimentos a respeito desta modalidade, não haverá ação em favor dela. Todos sabem o que devem passar aos seus educandos, porém, cada um passa o que escolhe.

Segundo, os recursos materiais agem de forma incisiva: como aprender o judô sem *tatamis*, que são a base de segurança, e são vendidos por preços elevados, assim como os *judoguis*, e a maioria das instituições não têm condições financeiras de adquiri-los?

A iniciação não necessita todo esse aparato. Pode-se aprender a filosofia embaixo de uma árvore, nos bancos do pátio, nas salas de aula... Os rolamentos podem ser feitos na grama, em colchonetes de ginástica, em colchões de dormir.

Quando há interesse, buscam-se patrocínios (que não são fáceis!), doações; procuram-se por vídeos ou livros que mostrem as técnicas, os tipos de luta... Para aqueles cujo transporte é de fácil acesso, visitar uma academia de judô, também pode ser interessante.

Além disso, lugar para guardar *tatamis*, ou deixá-los montados, locais para guardar *judoguis*, tempo para transportar tudo isso de lá para cá, e a questão do “isso é coisa só para homens”, colaboram para a não consideração do judô como conteúdo.

Entretanto, devemos lembrar dos valores agregados a esta disciplina e pensarmos sobre uma questão, já abordada pelo médico e escritor Roberto Shinyashiki, no prefácio de um livro que trata exatamente de VALORES HUMANOS NA EDUCAÇÃO, da autora Maria Fernanda Nogueira Mesquita (Valores Humanos na Educação, 2003 – pág. 14): “... nossos

filhos estudam inglês, matemática, história, computação. Mas não estudam amor ao próximo. solidariedade, respeito à diversidade, cooperação, ética e lealdade”.

## **E - CONCLUSÃO:**

A meu ver, as origens do judô e da educação do deficiente mental trazem uma pequena semelhança: *em ambas subsistia a idéia do mais forte, do mais inteligente, e uma depreciação do fraco, do inábil.*

A eliminação de pessoas que não se “ajustavam” ao esperado para a época, era vista como *acontecimento normal, tanto na evolução histórica do judô como nos primórdios da educação do deficiente mental.*

Felizmente, o ser humano se adapta a situações novas e aprende em suas diferentes etapas de vida; *assim como evolui em seu íntimo a preocupação com aqueles que se desviam do “padrão de normalidade”.*

O Judô para deficientes mentais traz a possibilidade de ajustamento, não para que a sociedade sinta-se com a *consciência tranqüila, mas para o bem-estar do próprio deficiente.*

Mostra-se como outra possibilidade de trazer qualidade de vida e de lhe fazer valer o direito à igualdade de oportunidades educacionais, conforme CARTA INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO, *no início deste trabalho.*

Concordo quando Vítor da Fonseca diz que o deficiente (mental) existe, sente, pensa e cria; tem uma limitação corporal, às vezes, associada, que pode afetar aspectos de comportamento; *aspectos estes, muitas vezes atípicos, uns fortes e adaptativos, outros fracos, e pouco funcionais. Possui também, discrepâncias no desenvolvimento bio-psico-social, ao mesmo tempo em que aspira a uma relação de verdade e de autenticidade, e não a uma relação de coexistência conformista e irresponsável.*

Ele pode não ver, mas não tem dificuldades em orientar-se ou em fazer música; não ouve, mas escreve poesia; não aprende matérias escolares, mas pode ser excepcional numa *atividade profissional ou num desporto.*

A Educação Física deve ser o meio que lhe proporcione o aumento de repertório cognitivo-motor, para que ele busque aquela atividade que melhor lhe aprouver.

O judô contribui para essa criação de experiências de vida, *maximizando seu bem-estar.*

**F – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

- 01 – DELIBERADOR, Ângelo Peruca. Judô: Metodologia da participação. Londrina: Lido, 1996.
- 02 – DESPORTO ADAPTADO A PORTADORES DE DEFICIÊNCIA: O JUDÔ / Coordenador Francisco Camargo Neto, e Jane da Silva Gonzalez. Porto Alegre: UFRGS. INDESP, 1996.
- 03 – DUNCAN, Oswaldo. Luta no chão (Katame – waza). Edições de ouro – Rio de Janeiro – 1979.
- 04 – FEDERAÇÃO PAULISTA DE JUDÔ. Curso de Arbitragem, 1997.
- 05 – FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 2ª edição, revista e aumentada. Editora Nova Fronteira, 1986.
- 06 – FONSECA, Vítor da. Educação Especial: programa de estimulação precoce – uma introdução às idéias de Feurstein. 2ª edição revista e aumentada. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- 07 – FORSTER, Tarcísio Meireles. Monografia: faça você mesmo. Material em arquivo PDF/envio arq. Zipado com 0,59 megas. Distribuidor: Virtual Shop. Acesso em: [www.mpsnet.net](http://www.mpsnet.net).
- 08 – JUNCKEN, Jorge Tadeu et al. O esporte na vida do deficiente mental. – Rio de Janeiro: Rotary Club do Rio de Janeiro, 1987.
- 09 – KIRK, Samuel A. Educação da criança excepcional/ Samuel A. Kirk; James J. Gallagher; [tradução Marília Zanella Sanvicente]. 3ª edição – São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- 10 – KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis: 23ª edição. Editora Vozes, 2006.
- 11 – LÜDORF, Sílvia M. Agatti. Metodologia da Pesquisa: do projeto à monografia. Rio de Janeiro: Shape, 2004.
- 12 – MAIA, Maria Aparecida. Judô para portadores de deficiência mental: uma possibilidade esportiva. Rio Claro: Monografia de conclusão de curso, 2000.
- 13 – MESQUITA, Maria Fernanda Nogueira. Valores Humanos na Educação: uma nova prática na sala de aula – São Paulo: Editora Gente, 2003.
- 14 - PESSOTI, Isaías. Deficiência Mental: da superstição à ciência. São Paulo: T.A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

- 15 – PICCOLI, João C.J. Normalização para trabalhos de conclusão em Educação Física. Canoas, RS: Editora da ULBRA, 2006.
- 16 – ROBERT, Luís. O judô (Todos os exercícios, movimentos e segredos, desde o cinto branco aos cintos negros). Editorial Notícias – 7ª edição, [19--].
- 17 – ROCHA, Vicente Leitão da. Judô: conquista de faixas. Ministério da Educação e Cultura. Divisão de Educação Física. 1967.
- 18 – THOMAS, Jerry R. Métodos de pesquisa em atividade física/Jerry R. Thomas e Jack K. Nelson; trad. Ricardo Petersen... [et al]. – 3. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2002.
- 19 – UZAWA, Toshiyasu. Pedagogía del judo. Editorial Miñon/1981. Colección Kiné de Educación y Ciencia Deportiva.
- 20 – ZANGRANDO, Danielle. Entrevista concedida à Revista Lance, nº. 364, de 08 a 14 de setembro de 2007.

**G – ANEXO:**

Os exames de faixas, foram realizados seguindo a ordem de aprendizado dos golpes e imobilizações, de acordo com o descrito abaixo:

<b>BRANCA PARA AZUL:</b>	
<b>Golpes em Pé</b>	<b>Golpes no Solo</b>
1. <i>osoto gari</i>	1. <i>hon kesa gatame</i>
2. <i>ippon seoi nague</i>	2. <i>yoko shiho gatame</i>
3. <i>ouchi gari</i>	
4. <i>ogoshi</i>	
5. <i>moroto seoi nague</i>	
6. <i>koshi guruma</i>	

<b>AZUL PARA AMARELA:</b>	
<b>Golpes em Pé</b>	<b>Golpes no Solo</b>
1. <i>ippon seoi nague</i>	1. <i>hon kesa gatame</i>
2. <i>osoto gari</i>	2. <i>yoko shiho gatame</i>
3. <i>ouchi gari</i>	3. <i>tate shiho gatame</i>
4. <i>ogoshi</i>	
5. <i>moroto seoi nague</i>	
6. <i>koshi guruma</i>	
7. <i>ushiro goshi</i>	
8. <i>de ashi barai</i>	
9. <i>kouchi gari</i>	
10. <i>tai otoshi</i>	

<b>AMARELA PARA LARANJA:</b>	
<b>Golpes em Pé</b>	<b>Golpes no Solo</b>
1. <i>ippon seoi nague</i>	1. <i>hon kesa gatame</i>
2. <i>osoto gari</i>	2. <i>yoko shiho gatame</i>
3. <i>ouchi gari</i>	3. <i>tate shiho gatame</i>
4. <i>kouchi gari</i>	4. <i>kami shiho gatame</i>
5. <i>ogoshi</i>	
6. <i>moroto seoi nague</i>	
7. <i>koshi guruma</i>	
8. <i>ushiro goshi</i>	
9. <i>de ashi barai</i>	
10. <i>tai otoshi</i>	
11. <i>hiza guruma</i>	
12. <i>tani otoshi</i>	
13. <i>kouchi maki komi</i>	
14. <i>te guruma</i>	

<b>LARANJA PARA VERDE:</b>	
<b>Golpes em Pé</b>	<b>Golpes no Solo</b>
1. <i>ippon seoi nague</i>	1. <i>hon kesa gatame</i>
2. <i>osoto gari</i>	2. <i>yoko shiho gatame</i>
3. <i>ouchi gari</i>	3. <i>tate shiho gatame</i>
4. <i>kouchi gari</i>	4. <i>kami shiho gatame</i>
5. <i>ogoshi</i>	5. <i>ushiro kesa gatame</i>
6. <i>koshi guruma</i>	6. <i>makura kesa gatame</i>
7. <i>ushiro goshi</i>	
8. <i>de ashi barai</i>	
9. <i>tai otoshi</i>	
10. <i>hiza guruma</i>	
11. <i>tani otoshi</i>	
12. <i>kouchi maki komi</i>	
13. <i>te guruma</i>	
14. <i>hane goshi</i>	
15. <i>uchi mata</i>	
16. <i>tawara gaeshi</i>	